

Memes, “mitadas” e propaganda política na era do colonialismo digital: o bolsonarismo e as eleições presidenciais brasileiras de 2022 no X

Carlos Eduardo Muniz Borges[1]

Giuseppa Maria Daniel Spenillo[2]

Resumo: Este trabalho apresenta uma investigação sobre a propaganda política realizada por setores do bolsonarismo, na rede social *Twitter/X*, durante as eleições presidenciais de 2022. Tem como foco a aproximação entre esse campo político e comunidades virtuais dedicadas ao humor, sugerindo haver uma miscelânea entre a política defendida e a propaganda transmitida via memes. Defendemos que as *mitadas* - termo que caracteriza a postura agressiva e, para dizer o mínimo, polêmica, desses grupos - são perfeitamente adaptadas à lógica de funcionamento dos algoritmos das plataformas, garantindo alcance da mensagem emitida e lucro para as empresas detentoras das redes sociais digitais. As *mitadas*, portanto, exemplificam o capitalismo tecnológico praticado enquanto colonialismo digital. Coletados entre agosto e outubro de 2022, os dados que fundamentam esta pesquisa foram obtidos através da técnica da observação simples (Gil, 2007), e interpretados pela técnica da análise do discurso (Orlandi, 2015), de modo a identificar e evidenciar os significados conferidos às mensagens veiculadas nos memes estudados.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Propaganda política; Redes sociais digitais; Colonialismo digital.

Abstract: This paper presents an investigation into the political propaganda carried out by sectors of Bolsonarism on the social network Twitter/X, during the 2022 presidential elections. It focuses on the connection between this political field and virtual communities dedicated to humor, suggesting that there is a miscellaneous between the politics promoted and the propaganda disseminated through memes. We argue that *mitadas* - a term that characterizes the aggressive and, to say the least, controversial stance of these groups - are perfectly suited to the algorithmic logic of these platforms, ensuring both the reach of the messages and profit for the social media companies. *Mitadas*, therefore, exemplify technological capitalism practiced as digital colonialism. Collected between August and October 2022, the data supporting this research were obtained through a simple observation

technique (Gil, 2007) and interpreted by the discourse analysis technique (Orlandi, 2015), in order to identify and evidence the meanings given to the messages conveyed in the memes studied.

Keywords: Bolsonarismo; Political propaganda; Digital social networks; Digital colonialism.

Introdução

Os avanços tecnológicos, sobretudo os relacionados às chamadas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, são capazes de causar admiração e espanto. Atualmente, essas tecnologias integram grande parte do nosso cotidiano, sendo praticamente onipresentes. Evgeny Morozov (2018) argumenta que, por muito tempo, esse contexto criou o que ele chama de utopismo digital, em que cada mudança tecnológica é vista necessariamente como melhoria, sendo imediatamente aceita de maneira acrítica. No entanto, à medida que o tempo foi passando, surgiram diferentes leituras desse processo, dentre elas a do colonialismo digital, cujas contribuições foram fundamentais na construção deste trabalho.

Para definir colonialismo digital, recorremos à linha de pensamento que se baseia na tese de que a colonialidade, que atinge os países que se encontram no denominado Sul Global, ou seja, na periferia de um sistema-mundo dominante, é reproduzida também no âmbito digital. Por isso, para romper com a dominação colonial, impulsionada, sobretudo, pelas chamadas *big techs*, pensadores e pensadoras do Sul propõem que o colonialismo de dados, elemento integrante do colonialismo digital, “combinaria as mesmas práticas predatórias do colonialismo histórico com a quantificação abstrata de métodos computacionais”, gerando uma situação em que “a apropriação da vida humana (por meio da captura em massa de dados) passa a ser central. Nada deve ser excluído nem apagado. Nenhum dado pode ser perdido” (Cassino, 2021, p. 27).

O termo *Big tech* se refere às grandes corporações tecnológicas que controlam grande parte do tráfego de informações geradas na *internet*. Para abranger as principais empresas que

ilustram esse conceito, utiliza-se o acrônimo GAFAM - *Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft*.

A partir do exposto, apresentamos aqui os resultados de um estudo investigativo sobre a comunicação política no âmbito digital, no qual observamos, entre os dias 03 de agosto e 15 de setembro de 2022, a atuação da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, então candidato à reeleição, na rede social digital X, que, à época, era chamada de *Twitter*. Escolhemos esse período em função das eleições presidenciais, de modo que conseguimos testemunhar o prazo de registro das candidaturas, bem como os primeiros 30 dias de campanha e a movimentação desse campo nas redes. Para isso, buscamos identificar proximidades entre o discurso propagado pela conta do candidato nessa plataforma e outras contas no X, que se definiam como canais informativos.

A escolha da rede social digital em questão ocorreu por ela ser um meio de comunicação utilizado por autoridades e pelo fato de que, durante o período da pesquisa, Jair Bolsonaro, além de ser presidente do país, era candidato à reeleição. Desse modo, elencamos como requisitos para observação: ser seguido pelo perfil de Jair Bolsonaro; possuir mais de 10 mil seguidores e não ser um perfil pessoal. Nossa preferência era por perfis com o selo de verificado, pois na época significava que o *Twitter/X* garantia a autenticidade daquela conta e via nela um perfil de utilidade pública, o que, em tese, dava uma confiabilidade nas informações compartilhadas por aquele usuário^[3].

No que se refere à coleta de dados, optamos pelo método da observação simples, tendo em vista que, de acordo com Gil (2007, p. 12), essa técnica “facilita a obtenção de dados sem produzir querelas ou suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que estão sendo estudadas”. Conforme será detalhado, uma característica dos sujeitos observados é uma profunda desconfiança e sentimento de perseguição. Dessa forma, priorizamos a utilização desse método em detrimento de outros que envolviam uma postura mais participativa, a exemplo da netnografia, pois não havia, de nossa parte, a intenção de interagir diretamente com os sujeitos que compuseram o *corpus* de análise.

Após a coleta do material por meio da observação simples e sistemática, empregamos a análise do discurso para interpretar os dados obtidos. Antonio Chizzotti (2011, p. 114) aponta que “para a teoria da comunicação, o conteúdo de qualquer comunicação pode ser analisado, considerando-se o emissor, o receptor, a mensagem e o meio ou canal usado para comunicar a mensagem”. Por sua vez, Eni Orlandi (2015, p. 25) defende que a análise de discurso não é uma simples interpretação da mensagem, mas que “visa compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos do domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”.

Com base nessas concepções, entendemos que os memes, para além de humor, veiculam ideias e, nesse caso, posições políticas. Assim, à luz da teoria do colonialismo digital, buscamos identificar a articulação existente entre o campo político do bolsonarismo e os setores da cibercultura dedicados à produção e popularização de memes, apontando que, por meio desses, são veiculadas ideias neoconservadoras. Defendemos também que a postura da principal liderança política desse setor, baseada na ofensa, no ódio e na polêmica, é perfeitamente ajustada à lógica do modelo de negócios das redes sociais digitais, garantindo lucro para as plataformas e amplificação desse tipo de discurso, gerando uma forma particular de propaganda política *online*.

1 - Pensando a partir do “Sul Global”: do pensamento decolonial à formulação do colonialismo digital

O colonialismo digital, como vem sendo chamada a forma predominante de ocupação e significação dos meios digitais, centrada na produção e consumo de mercadorias virtuais, como as redes do tipo *Twitter/X, Instagram e Facebook* e as plataformas digitais, a exemplo do *Youtube*, expressa uma permanência mais sólida e analógica do que gostariam os adeptos do mundo virtual, a saber: a continuidade do sistema colonial-capitalista, que desenhou geopoliticamente o mundo a partir da Europa nos séculos XV e XVI. Esse sistema, tecnológico e dominador, não só marca o mundo moderno, mas também cria um profundo mal-estar político-social, ao tornar evidente que, racionalmente, o ser humano pode violentar e desumanizar outro humano, em função de uma estrutura de poder que instala a conquista e

a subserviência como modos de organização da vida coletiva territorial, social e, recentemente, digital.

No sistema colonial-capitalista, como bem formulou Aníbal Quijano (2005), estabelece-se uma tradição de organização social em que são validadas tecnologias de dominação, de modo a manter o trabalho individual subjugado aos interesses dos grupos dominantes. Como os grupos dominantes agem não só como capitalistas, ou seja, focados nos lucros monetários, mas também como colonizadores, isto é, focados na conquista e na subserviência, o resultado é uma divisão de trabalho de cunho racial. Nas palavras do autor, “ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se” (Quijano, 2005, p. 228).

A conquista subjugadora do outro, retirado de suas subjetividades e visões de mundo para, em seguida, ser transformado num elemento para sustentação do sistema dominante, sendo por ele dominado, prática do colonialismo-capitalista que se expandiu da Europa e, posteriormente, da América do Norte, para o restante dos continentes, expande-se numa reedição atualizada para o mundo digital. Como aponta Silveira (2023, p. 18), “vivemos hoje uma informática de dominação, uma computação que bloqueia a tecnodiversidade e as possibilidades dos povos de criarem e recriarem seus aparatos tecnológicos”, dando aos avanços tecnológicos a mesma ambivalência que encontramos na miscigenação que a colonização territorial construiu.

Afinal, se pensarmos a multiculturalidade como um estado interessante da vida social contemporânea, proporcionado pelas aproximações de povos diferentes, teremos que reconhecer - inclusive teoricamente - os estragos que as práticas coloniais provocaram nas culturas e nos seus indivíduos. Do mesmo modo, podemos pensar as tecnologias como benesses para a vida humana, ao diminuir esforços para o bem-estar e a sobrevivência, oferecendo alternativas para a partilha de conhecimentos, lazer, arte e outras expressividades de nossas subjetividades. Com isso, igualmente teremos que admitir que as tecnologias também servem para a dominação de uns sobre outros, e para a pasteurização dos formatos de produção e acesso a bens tecnológicos nas plataformas digitais. Ainda conforme Silveira (2023, p. 18), “mulheres, negros, povos originários são orientados a se contentar com a

condição de usuários das soluções criadas pelas *big techs*. O colonialismo dissemina que o único modo de criar tecnologias é esse que nos subordina e nos modula”.

Nesse contexto, a subordinação tecnológica ao modelo das chamadas *big techs* parece guardar uma sofisticação que vai além da constatação de um novo modo de colonialismo, agora digital, como veremos mais detidamente a seguir. No mundo atual, a alienação técnica contida na estrutura informática dominante adquire algumas vertentes, como a da reprodução de um modo de uso das tecnologias, mas também a submissão da criatividade, da força e da autonomia intelectual, aos formatos *Microsoft*, *Google*, *Apple* e outros. Um viés desconcertante dessa alienação técnica está na colonialidade, ou seja, na qualidade para atuar como um colonizador que se instaura nos colonizados.

No âmbito do digital, a colonialidade se expressa pela manutenção da reprodução de padrões considerados bons, certos, melhores ou superiores, que se originam na elite do sistema - as *big techs* -, e que todos os que não fazem parte da elite, interagem de modo subordinado - os usuários. Nesse sentido, cabe ainda a afirmação de Quijano (2005, p. 230) sobre a classificação racial elaborada pelo sistema colonial-capitalista que persistente enquanto “colonialidade do controle do trabalho”, em que a escravidão, o não assalariamento e as baixas remunerações ficam estruturalmente associadas às raças colonizadas, ao mesmo tempo em que a remuneração e o lucro se associam aos colonizadores. Hoje, esta colonialidade, que controla o trabalho e o direito ao lucro, se redireciona para a compreensão das relações que se estabelecem no mundo digital, apartando os criadores/ganhadores dos usuários/devedores.

Aqui, faz-se necessário destacar a diferença entre os conceitos de “colonialidade” e “colonialismo”. Por vezes, o colonialismo é visto como um sistema que foi ultrapassado pelas lutas de libertação conduzidas pelas, até então, colônias dos países europeus, no que ficou conhecido como lutas anticoloniais ou, conforme João Cassino (2021), lutas *descoloniais* - no sentido de deixar de ser uma colônia política clássica, como enfatizado pelo autor. Para Frantz Fanon (2022, p. 28), teórico bastante referenciado nos estudos pós-coloniais, a descolonização é um processo violento, uma vez que “é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens”. Essas diferentes *espécies* de homens são

o colonizado e o colonizador (também chamado de colono), e essa relação é efetivada sob o prisma da violência, não apenas física, como também simbólica.

Na organização colonial, é a invisibilização do colonizado que garante sua exploração pelo colonizador. Fanon (2022, p. 28) ilustra essa situação quando afirma que “é o colono que fez e continua a fazer o colonizado”. Ou seja, o colonizado não é outra coisa além ou aquém daquilo que o colono diz que ele é. Fanon reitera esse argumento afirmando que

A descolonização nunca passa despercebida, pois atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela essencialidade em atores privilegiados, recolhidos de modo quase grandioso pelos raios luminosos da História. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é indiscutivelmente uma criação de homens novos. Mas essa criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural: a “coisa” colonizada torna-se homem no próprio processo através do qual ele se liberta (Fanon, 2022, p. 29).

Nesta leitura, o processo de descolonização é capaz de colocar o colonizado na história sob seus próprios termos. No entanto, segundo João Cassino (2021, p. 15), “com a liberação das ex-colônias, as lutas mudaram e passaram de *descoloniais* (condição de colônia) para *decoloniais* (condição de colonialidade)”. O conceito de colonialidade demonstra que, apesar da potencialidade de transformação trazida pelas lutas de descolonização, a libertação dos colonizados não necessariamente ocorre de maneira plena, dado que a colonialidade pode continuar, à medida em que o colonialismo se desfaz, uma vez que, como o referido autor aponta, “nos dias atuais, apesar de o colonialismo enquanto sistema político não mais existir, a matriz colonial centrada na raça ainda persiste e é a chave para a atual relação centro/periferia” (Cassino, 2021, p. 26).

A tentativa de ruptura radical com as bases epistemológicas coloniais é o que norteia as concepções pós-coloniais. O esforço na consolidação deste empreendimento é perceptível na formação da ideia de Sul Global, pois ele indica uma oposição entre o Norte, dominador, colonizador e o Sul, dominado, colonizado. Longe de representar a posição geográfica que

cada país ocupa no globo, esse conceito é fundamentalmente político, como defende Luciana Ballestrin (2020), ao afirmar que

O Sul Global não é uma entidade monolítica, coesa, coerente, homogênea e ausente de conflitos e interesses. Para propósitos analíticos e políticos, é fundamental não simplificar ou romantizar essa ideia. A existência de “Sul(s) no Norte” e de “Norte(s) no Sul” complexificam a reprodução do poder neocolonial e neoimperial, especialmente no contexto atual de aumento das desigualdades globais. Portanto, a rejeição do que está relacionado ao “Norte Global” pode ser uma posição perigosa e sua complexidade deve ser considerada do mesmo modo como em relação ao Sul (Ballestrin, 2020, s/p).

2. Propaganda política nas redes, memes e “mitadas”: novas formas de colonialismo?

Se defendemos a tese do “colonialismo digital” e entendemos que as plataformas de redes digitais operam sob esse paradigma, compreendemos que um dos aspectos do colonialismo reside na dominação do Sul pelo Norte Global, de maneira que as estruturas de um refletem no outro. Desse modo, deduzimos que, assim como o comportamento *troll*⁴¹, nos Estados Unidos, garantiu a popularidade de Donald Trump nas redes digitais; no Brasil, em 2018, o mesmo comportamento, característico dos seguidores de Jair Bolsonaro, construiu a imagem de *mito*, que é atribuída a ele e que o levou à presidência da República, com uma campanha baseada em sentimentos de ódio e de perseguição às minorias sociais, como as mulheres, a comunidade LGBT+ e as religiões de matriz africana.

Um discurso de ódio, mesclado com defesas da família tradicional e do temor a Deus, alastrou-se pelo país e tomou conta da campanha política do candidato-mito, construindo peças publicitárias e de propaganda política que apelavam para reações emotivas, acaloradas e pouco lógicas. Sobre isso, já na década de 1960, Theodor Adorno (2020, p. 55) chamava atenção para o fato de que os “movimentos de direita radical” têm como característica a maestria no manejo das técnicas de propaganda, com as quais conseguem canalizar os valores radicais que perduram socialmente, mesmo quando em tempos de silêncio político. O autor exemplifica que

A propaganda é genial, sobretudo pelo fato de que nesses partidos e movimentos, ela nivela a diferença, a diferença inquestionável entre os interesses reais e os falsos objetivos simulados. Assim como outrora com os nazistas, a propaganda é realmente a substância mesma da coisa. Se os meios são substituídos pelos fins em uma medida crescente, então pode-se quase dizer que, nesses movimentos de direita radical, a propaganda constitui, por sua vez, a substância da política. E não é nenhum acaso que os assim chamados líderes [Führer] do nacional-socialismo alemão, Hitler e Goebbels, eram justamente, em primeiro lugar, propagandistas; e a produtividade e a fantasia deles entrou na propaganda (Adorno, 2020, p 54-55).

Sob essa ótica, percebemos que esse tem sido o fundamento político e propagandístico de determinados setores da chamada nova direita brasileira, sobretudo no que ficou conhecido como bolsonarismo, uma vez que teve, na figura de Jair Bolsonaro, o polo aglutinador. Notamos que os integrantes dessa nova direita reivindicavam politicamente a tradição conservadora, reunida sob o *slogan* Deus, Pátria, família e liberdade. No entanto, conforme expõe Almeida (2018), há uma diferença entre o conservadorismo clássico e o neoconservadorismo. Segundo o autor, enquanto o conservadorismo clássico tinha como essência “a defesa de valores e instituições tradicionais diante da ameaça trazida pelas revoluções liberais - no caso as revoluções americana e francesa” (Almeida, 2018, p. 27-28), o neoconservadorismo é mais recente, e tem como pauta “basicamente a restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa”. Em suma, a defesa do capitalismo realizado por esses setores está alinhado com o capitalismo digital, capitaneado pelas *big techs*, formando o que denominamos como colonialismo digital.

Parte fundamental na lógica do colonialismo digital reside no processo de captura e venda de dados dos usuários das plataformas. Evgeny Morozov (2018, p. 27) argumenta que, à medida em que o *Google* coloca como missão empresarial a tarefa de “organizar as informações disponíveis no mundo e torná-las acessíveis e úteis para todas as pessoas”, isso deve ser interpretado como “monetizar toda a informação do mundo e torná-la inacessível e lucrativa”, pois o principal modelo de negócios vigente na *internet* é o da publicidade, que

ganha a roupagem da propaganda moderna e se torna o fundamento das comercializações feitas via compra e venda de dados nas plataformas digitais.

Na mesma direção, Silveira (2021, p. 41) aponta que “o capitalismo informacional se digitalizou e, na primeira década do século XXI, assentou bases para o surgimento de um mercado de dados pessoais, que não nasceu de um devir das tecnologias digitais”, e que

Anteriormente, o mercado de dados era relativamente pequeno, servindo principalmente ao capitalismo financeiro. Entretanto, com o sucesso de um modelo de negócios baseado na oferta em rede de interfaces e serviços gratuitos, a coleta e o tratamento de dados pessoais foram crescendo e gerando um fenômeno dominante na economia digital. Assim, o capitalismo neoliberal do século XXI tem na dataficação um segmento de destaque e de alta lucratividade. Esse capitalismo baseado em dados é chamado pela pesquisadora Shoshana Zuboff de capitalismo de vigilância (Silveira, 2021, p. 41-42).

No caso das redes digitais, dentre as várias maneiras em que a dimensão da colonialidade pode aparecer, destacamos uma que se refere ao mundo físico, material, quando autores e autoras, sob a perspectiva decolonial, apontam as diferenças da exploração entre a classe trabalhadora nos países do Norte e do Sul. Enquanto no Norte estão os trabalhos vistos como mais valorizados, no Sul é o inverso. Aqui, além da produção de mercadorias sob a forma de dados, os trabalhos estão voltados às áreas de menor prestígio e complexidade técnica, como a moderação de conteúdos que, por vezes, envolve vídeos de violência explícita, como alerta Débora Machado (2021).

Sobre isso, Machado (2021) pondera, ainda, que a moderação de conteúdo nos Estados Unidos também é feita por trabalhadores, contudo, ressalta o caso de trabalhadores estadunidenses desse setor que conquistaram um acordo de 52 milhões de dólares com uma empresa, para compensar possíveis danos psicológicos causados devido ao material ao qual são expostos. Já em países do Sul global, como Índia e Filipinas, as questões de saúde mental não são consideradas e o ordenamento jurídico local dificulta processos de indenização como o citado.

Outra situação de destaque está relacionada ao papel desempenhado pelas redes digitais na lógica do capitalismo baseado em dados. Assim como Morozov (2018), Débora Machado (2021) também argumenta que o principal modelo de negócios das plataformas de mídias sociais é a venda de anúncios e impulsionamento de conteúdo. Na mesma direção, Silveira (2021) mostra que

Apenas os faturamentos do grupo Google/Alphabet e das empresas do Facebook perfizeram 232,5 bilhões de dólares em 2019. Essas duas corporações são plataformas que sustentam suas operações fundamentalmente no armazenamento, no tratamento e na análise de dados pessoais. A comparação dos faturamentos das empresas com o PIB dos países, naquele mesmo ano, reforça o sucesso da combinação jamais vista da concentração de poder econômico, poder comunicacional e poder de análise. Google/Alphabet e Facebook faturaram um valor igual aproximadamente a 71% do PIB da Colômbia, a 82% do PIB do Chile, a 102% do PIB do Peru, a duas vezes o PIB do Equador, a quatro vezes o PIB do Uruguai e a 5,4 vezes o PIB da Bolívia. (Silveira, 2021, p. 43-44).

Dessa forma, o *Google* e o *Facebook* foram empresas que pavimentaram o caminho para a dominância desse modelo de negócios nas redes digitais. Evgeny Morozov (2018) argumenta que a nascente cultura digital foi alvo de uma disputa entre duas visões acerca do futuro da *internet*. De um lado, havia a contracultura *hacker* europeia, que se aliava aos movimentos estudantis, de ocupação ilegal de espaços abandonados e outras formas de protesto que aproximavam-na de tendências anarquistas de oposição ao Estado e suas instituições, notadamente aquelas militares.

Essa oposição ao *status quo*, apontado por Morozov (2018) como de viés esquerdista e comunitário, fez com que essa vertente sofresse boicotes e perseguições, cujo resultado foi o seu apagamento desta em detrimento da hegemonia da contracultura estadunidense, fortemente ligada ao Vale do Silício e baseada em consumismo e individualismo. Com isso, a cultura digital perdia o sentido coletivo, e a imagem que se criava do *hacker* no imaginário coletivo era a do jovem solitário, cujas ações de sabotagem eram bastante individuais, remetendo à figura que Faustino e Lippold (2023) chamam de “Robinson Crusoé Capitalista”.

Enquanto na Europa se fazia oposição ao Estado e se aliava às outras lutas sociais, nos Estados Unidos, a cultura digital nascente recebia incentivos do Estado, sendo este um fator fundamental na consolidação do Vale do Silício. E a cultura digital embrionária, que experimentou diversas formas de coletividade e uma variedade de modelos, foi se condensando no modelo atual de redes digitais de entretenimento e consumo, no qual o *Google* está bastante relacionado, uma vez que a empresa faz parte da história do *Orkut*, a plataforma que apresentou as mídias sociais digitais ao público brasileiro.

Antes da popularização do *Orkut*, o modelo de socialização virtual predominante era o dos fóruns e *chans*, espaços geralmente dedicados a temáticas específicas, onde os usuários buscavam uma espécie de despersonalização, ou até mesmo o anonimato. No entanto, o *Orkut* rompe com essa lógica, criando uma vitrine para que os usuários expusessem uma versão de si mesmo para ser evidenciada publicamente. Desse modo, a plataforma incentivava a autoconstrução da imagem quando criava listas de amigos, e as pessoas criavam seus perfis pessoais, somando-se à lista de amigos uma da outra.

Além disso, foram criados vários atrativos para manter os usuários *online*, tais como troca de recados que podiam ser deixados em um mural virtual, além de pequenos jogos e principalmente as autodenominadas comunidades, que eram espaços dedicados a determinados temas, resgatando e incorporando os fóruns à plataforma. Dessa maneira, buscava-se uma centralização no uso da *internet*, uma vez que o *Orkut* abrigava diferentes modos de interação.

Durante meados da década de 2000, o *Orkut* foi extremamente popular em países do Sul Global, tais como o Brasil e a Índia, locais com um gigantesco mercado consumidor de produtos digitais. No entanto, o final daquela década coincidiu com a queda da popularidade do *site* e a substituição deste por outras plataformas, principalmente o *Facebook*. No período, o *Google*, empresa dona do *Orkut*, não conseguiu emplacar outra rede digital, apesar da tentativa com o *Google+*. Assim, em 2014, o *Orkut* foi descontinuado. Nessa mesma época, vivia-se o apogeu do *Facebook* no Brasil.

O sucesso dessa rede social pode ser explicado pela introdução de novas mecânicas e a incorporação e o aperfeiçoamento de ferramentas de outras redes, além de um poderoso

mecanismo de captura de informações e mapeamento de preferências dos usuários inaugurado pelo botão de curtir (Sumpeter, 2019). Essas novas técnicas fizeram com que a plataforma fosse se transformando no maior expoente da chamada *Web 2.0*, caracterizada, dentre outras coisas, por *softwares* que vão se aperfeiçoando a partir do contato com o usuário (O'Reilly, 2005).

O pesquisador Juan Faerman (2011) identifica o *Facebook* como um fenômeno de massas que ressignificou alguns termos que já eram estabelecidos, tais como amizade, curtir, dentre outros. Desse modo, o conceito de amizade passou a ser usado para designar duas pessoas que poderiam jamais interagir entre elas, mas estavam adicionadas à lista de amigos uma da outra. Com essas situações, podemos notar que as redes digitais trouxeram novas formas de convívio social, originando o fenômeno da validação e do cancelamento social, a partir da performance em contexto digital – e novos formatos de colonialismo no ambiente digital.

O *Twitter*, atualmente rebatizado como *X*, é mais uma rede digital que se destacou nessa época. Criado em 2006, foi definido por Faerman (2011) como um *Facebook* que encolheu, pois a rede surgiu como um sistema de *microblogs* e inicialmente cada postagem possuía um limite de tamanho, definido em 140 caracteres. O poder de comunicação do *X* reside principalmente nas *hashtags*, que são palavras ou frases indexadas sob o símbolo de cerquilha (#), que servem para categorizar conteúdos e facilitar a busca por temas específicos, além de agrupar *tweets* por assunto.

O *X* nunca foi a rede digital mais utilizada pelos brasileiros. Porém, a velocidade com que as notícias são propagadas na plataforma fez com que autoridades, canais jornalísticos e entidades governamentais a adotassem como uma espécie de porta-voz oficial. Atualmente, a rede enfrenta uma “debandada de anunciantes”, conforme apurado pela revista de notícias Exame (Brandão, 2024), já que, após a aquisição da plataforma pelo bilionário Elon Musk, de acordo com o site A Pública, a rede passou a colecionar polêmicas e a atacar instituições nacionais de países como o Brasil (Dip et al., 2024). Enquanto isso, um público cujos perfis são dedicados ao discurso de ódio, propagação de notícias falsas e alguns crimes virtuais na plataforma são fortalecidos, uma vez que defendem, assim como o novo proprietário, a defesa de uma suposta liberdade de expressão irrestrita.

Esse tipo de usuário não é exclusivo do *X*, muito menos é uma novidade. Pelo contrário, sua presença é possível de ser notada ao longo do desenvolvimento da *internet*. Na análise desse tipo de usuário, recorremos ao conceito de “comunidades antagônicas *online*”, definido por Mulhall (2022, p. 178) como “grupos reacionários *online* construídos em torno de vários interesses, mas que assumem um comportamento antagônico (seja por meio de criação de simbolismo ofensivo ou apenas expressão de ódio e desprezo)”. Essa mentalidade, baseada no comportamento antagônico, é o que na linguagem digital ficou caracterizada na figura do *troll*. Bastante presente em jogos eletrônicos, essa figura, resgatada a partir da mitologia nórdica, que representava um ser monstruoso, foi ressignificada para denominar um comportamento baseado na ofensa. O objetivo dessa postura é o de chamar a atenção do espectador, seja para passar alguma mensagem, uma vez que deteve a atenção de alguém, ou apenas para chocar e, assim, divertir o *troll*.

Essa forma de estar no digital, apesar de ser característico de espaços como determinados *subreddits* e de *chans*, que entendemos como espaços mais reservados, também se faz presente em espaços mais amplamente utilizados. *Subreddits* são fóruns virtuais hospedados no site *Reddit*, enquanto um *chan* é um tipo de fórum cujo acesso não depende de uma conta de usuário, o que possibilita uma forma de anonimato. Essas são redes que surgiram contemporaneamente ao *Orkut* e que estão *online* até hoje, apesar de bastante enfraquecidas. Dentre elas, destacamos o *4chan*, cuja *board*^[5] principal talvez seja a melhor representação da cacofonia de informações que trafegam no mundo digital, além de ser o local onde os usuários afirmam ser o epicentro da *internet*.

Um interessante exemplo disso pode ser encontrado na exposição realizada pela pesquisadora Lola Aronovich, sobre sua trajetória com o *blog* “escreva Lola escreva”, espaço dedicado a debates de gênero sob uma perspectiva feminista e que, por esse motivo, sofreu uma gigantesca perseguição por grupos de ódio que se reuniam, principalmente, em algumas comunidades do *Orkut*.

Com uma breve pesquisa, vi que o que era chamado nos países de língua inglesa de *Men's Right Activists*, no Brasil, recebeu o nome de “masculinistas”. Havia vários subgrupos, mas a maioria parece ter começado por volta de 2005, no *Orkut*, através de comunidades como “O Lado Obscuro das Mulheres” e “Mulher Gosta de

Homem Babaca”. Havia “Guerreiros da Real” e uma espécie ainda mais extremista, os “Homens Sanctos”. Todos copiavam (e ainda copiam) os *MRA*s americanos, usando termos como ‘mangina’ (um trocadilho entre homem e vagina, para designar um homem frouxo e bonzinho com as mulheres), e, claro, ‘feminazi’, e nutrindo adoração pela pílula vermelha do filme *Matrix*, que permite ver a realidade (no caso, que homens são sugados por mulheres, todas parasitas) (Aronovich, 2022, p. 4).

No *Orkut*, estavam presentes comunidades dedicadas ao ódio, que apresentavam ao grande público o comportamento típico dos ambientes virtuais mais fechados. Quando nos referimos a “espaços reservados e amplos”, retomamos a ideia de “metapolítica”, apresentada por Benjamin Teitelbaum (2020, p. 101), segundo a qual se trata de uma estratégia que “envolve fazer campanha não por meio da política, mas por meio da cultura - das artes, do entretenimento, do intelectualismo, da religião e da educação”. O autor exemplifica que

As campanhas metapolíticas em geral assumem uma destas duas formas: ativistas buscam injetar suas mensagens em canais culturais já existentes ou procuram criar canais alternativos próprios para competir com os da ideologia dominante. É a diferença entre editar artigos da Wikipédia e criar uma enciclopédia online alternativa; entre infiltrar-se em uma subcultura jovem e começar um novo movimento seu; entre alterar o currículo da educação pública e fundar uma escola privada totalmente dedicada à sua causa. A primeira abordagem tenta cultivar solidariedade política entre a população em geral, com ênfase no alcance da mensagem. A segunda propõe-se a formar uma sociedade paralela dentro de uma dada sociedade, grande e radical o suficiente para tomar o poder (Teitelbaum, 2020, p. 102).

Teitelbaum (2020, p. 102) aponta que, apesar de essa ser uma estratégia antiga utilizada pela extrema direita, com Steve Bannon e a Cambridge Analytica, a referida técnica atingiu um outro patamar. Para ele, “a Cambridge Analytica testava maneiras de se infiltrar nas esferas gerais da mídia (*Facebook* e *Twitter*, em vez de criar um portal alternativo), abarrotando a *timeline* dos usuários dessas redes sociais de massa com mensagens dissidentes”. A importância de Steve Bannon reside no experimento de utilização política dos

dados massivos coletados pelas redes, além da atenção dada às comunidades digitais até então ignoradas,

Àquelas menos visíveis e menos apresentáveis, que se agitam sob os radares dos partidos e das mídias tradicionais. Plataformas como 4chan, 8chan ou os subgrupos do portal Reddit, que agregam milhões de usuários por meio de polêmicas inflamadas contra o *establishment* das mídias e das políticas e novos dogmas do politicamente correto. São microcosmos nos quais nenhum argumento é tabu e a única regra é o exagero - como modo de atrair a atenção e chocar os bem pensantes com declarações abusivas, misóginas, racistas ou antissemítas (Empoli, 2019, p. 57).

Giuliano da Empoli (2019) defende que esse experimento conduzido por Steve Bannon foi crucial para o sucesso da campanha pelo *Brexit*^[6], e, principalmente, pela eleição que consagrou Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2017. O pesquisador ainda argumenta que o comportamento *troll* do então candidato aproximou-o dos setores radicalizados, e, para utilizar a linguagem usada por Teitelbaum, uniu ambos os espaços da estratégia da metapolítica.

A confusão entre propaganda e política, na era do colonialismo digital, ganha novos contornos. Para exemplificar essa questão, trazemos o caso do *#gamergate*, visto como a consolidação do uso das técnicas de metapolítica no debate político virtual. O que nasce como uma denúncia falsa e machista, de uma suposta corrupção sobre a indústria de jogos eletrônicos, rapidamente se transforma em um movimento de ódio.

Demonstrando o poder de comunicação das *hashtags* no *X*, “entre setembro e outubro de 2014, são criados, só no Twitter, mais de dois milhões de mensagens contendo a hashtag *#gamergate*” (Empoli, 2019: 62). O mesmo autor defende que “para ele [Steve Bannon], o Gamergate é a chance sonhada de enfim recrutar os *gamers* na batalha contra o *establishment* político e midiático”, e afirma que a argumentação usada foi a de que

O verdadeiro problema é o seguinte: a quem pertence o mundo dos videogames? A todos aqueles, homens e mulheres, que querem participar, trazendo suas ideias e suas paixões? Ou ao núcleo de *gamers* puros e duros, alguns milhões de jovens ligados entre si por uma subcultura misógina e violenta - cultivada por anos de prática na internet e trocas nas plataformas como 4chan, 8chan e Reddit? (Empoli, 2019, p. 62).

Esse cenário, além de demonstrar o poder de comunicação dos memes, coincidiu com a convulsão social que caracterizou o surgimento de uma nova direita no Brasil, que incluía setores mais clássicos da direita nacional a setores mais extremistas. Miguel (2018, p. 19) aponta que “os setores mais extremados incluem três vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo”. Essa afirmativa dialoga com a definição de neoconservadorismo que apresentamos anteriormente.

Tal contexto, além de culminar com o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, também estabeleceu a imagem midiática da figura de Jair Bolsonaro, fortalecida principalmente em torno da ideia de “mito” e das “mitadas”. Essas “mitadas”, conforme veremos, representam a adaptação do discurso violento, defendido por essa extrema direita, à lógica de funcionamento das redes digitais, operando sob o comportamento *troll* e visando a amplificação do discurso, numa nova prática colonial, em que a colonialidade do poder (Quijano, 2005) se expande pelas redes digitais.

3. Ilustrando o problema: a nova direita nas eleições presidenciais de 2022

Quanto à definição do chamado “colonialismo de dados”, Faustino e Lippold afirmam que

Não se trata, aqui, de uma simples alteração dos ritmos de vida ou mesmo da percepção humana sobre a introdução de novas tecnologias, como poderia se presumir, mas sim, da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias, com vistas à ampliação da acumulação de capitais (Faustino, Lippold, 2023, p. 24).

Conforme já abordamos, o colonialismo tem como tendência a padronização de procedimentos, tendo o modelo colonial-capitalista (Quijano, 2005) como referência. Desta forma, a criatividade e a diversidade de maneiras de estar no digital ficam reduzidas à esfera do quantificável, do que possa ser transformado em dados e servir como mercadoria, inclusive política.

Assim, as redes digitais vêm sendo aperfeiçoadas processualmente enquanto aparatos voltados à propaganda das mercadorias. Nesse sentido, apresentamos elementos da campanha digital de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do Brasil em 2022, tendo como *lócus* de observação uma rede de apoio que se formou ao redor de seu perfil no *Twitter/X*. O quadro a seguir apresenta os perfis observados:

Tabela 1 - Lista de usuários observados no Twitter/X.

Username	Seguidores	Selo de verificado	Data de acesso
@carlosbolsonaro	2.684.307	Sim	15/09/2022
@damadeferroofic	604.852	Não	15/09/2022
@jairbolsonaro	8.894.838	Sim	15/09/2022
@kimpaim	787.012	Não	15/09/2022
@taoquei1	1.336.524	Sim	15/09/2022

Fonte: Organização própria.

Esses perfis ainda estão ativos atualmente e possuem mais de 1 milhão de seguidores, além de, devido às mudanças na política interna da plataforma, todos serem verificados. Na observação dessas contas, inicialmente, buscamos identificar se os conceitos que utilizamos para entender as redes digitais e seus usos também eram usados por esses sujeitos, e, em seguida, conseguimos constatar os significados que os usuários davam a eles. Os resultados foram organizados na seguinte tabela:

Tabela 2 - Análise dos conceitos utilizados no *Twitter/X*.

Conceitos	Significados no X	Contas que replicam a ideia
Conservadorismo	Combate à ideologias	damadeferrofic; jairbolsonaro; taoquei1;
	Parte da identidade nacional	jairbolsonaro; damadeferrofic; kimpaim;
	Perseguidos pelo sistema	carlosbolsonaro; damadeferrofic;
	Relação com o cristianismo	jairbolsonaro; damadeferrofic; kimpaim;
	Relação com a verdade	jairbolsonaro; kimpaim; taoquei1;

Memes	Repetição da ideia de “Lula ladrão”	carlosbolsonaro; damadeferroofic;
	Informação de maneira divertida	jairbolsonaro; damadeferroofic;
	<i>Emoji</i> com o sinal de legal	jairbolosnaro; damadeferroofic;
	Referência às “mitadas”	kimpaim;
Gamer	Linguagem agressiva, remetendo à violência	damadeferroofic;
	Motociata <i>gamer</i> virtual	jairbolsonaro;
	Aceno à comunidade <i>gamer</i> durante a participação em <i>podcasts</i>	jairbolsonaro;
Algoritmo	Imparcialidade do algoritmo	taoquei1;
	Usada para controlar a liberdade	carlosbolsonaro; taoquei1;
	Guerra do bem contra o mal	carlosbolsonaro; jairbolsonaro;

Política	Ligaçao entre opositores e o crime organizado	jairbolsonaro; carlosbolsonaro; taoquei1;
	Distinção entre amigos e inimigos	damadeferroofic;
	Descrédito de pesquisas eleitorais	carlosbolsonaro; damadeferroofic; taoquei1; kimpaim;
	Teorias da conspiração	kimpaim;

Fonte: Organização própria.

Essa observação nos permitiu realizar algumas interpretações sobre as técnicas de propaganda utilizadas por setores da nova direita brasileira nas plataformas digitais. No que diz respeito à questão do conservadorismo, todos os perfis fazem algum tipo de alusão a esse conceito. Para nós, foi notável a tentativa de naturalização do ideal conservador como parte constitutiva do povo brasileiro, expressos nas noções de identidade nacional, de soberania nacional e da polarização entre vítima/bandido. Por se tratar de um conceito bastante relacionado à política, as noções que revelam o conservadorismo propagado estão relacionadas entre si, como cristãos, policiais, vítimas e agro, reunidas de modo performático numa postagem no perfil de Jair Bolsonaro.

No entanto, conforme a definição de Almeida (2018) que apresentamos mais acima, o foco em questões ligadas às pautas morais aproxima esses sujeitos do neoconservadorismo. Outro exemplo demonstrativo da defesa do neoconservadorismo está no uso da noção de “naturalização”. Destacamos que, à medida em que as palavras “conservadorismo” e

“neoconservadorismo” são omitidas, a nosso ver, sua supressão faz parte da tática discursiva de naturalização dessa cosmovisão, negando que ela seja uma posição política e ideológica.

Essa situação pode ser ilustrada nas seguintes capturas de tela:

Figura 1: Postagem sobre conservadorismo e identidade nacional.

Fonte: Captura de tela do X, 2022.



Figura 2: Outra postagem sobre conservadorismo e identidade nacional.

Fonte: Captura de tela do X, 2022.

Outra forte ideia ligada ao uso do conservadorismo está relacionada à perseguição. Percebemos que a defesa da posição de que eles travam uma batalha contra o mal é retomada em associação a uma visão que remete como legítimo o fundamentalismo religioso de matriz cristã, religiosidade reivindicada por estes grupos da nova direita brasileira. Procuram, com isso, reverter o jogo de intolerância às religiões de matriz africana, ou outras religiosidades não canônicas, que incitam com a propaganda de um lugar de vítima religiosa para si mesmos.

Da mesma forma, uma narrativa bastante presente nas publicações observadas é um contra-ataque preventivo que os conservadores criam e propagam para criminalizar as instituições de imprensa como veiculadoras de notícias falsas (*fakenews*), de modo a mascarar suas práticas de instalação do caos ao propagar desinformações, como fez a então ministra Damares Alves em várias ocasiões, durante o governo Bolsonaro^[7]. Na seguinte figura, encontramos a ideia de perseguição como tática de propaganda da nova direita brasileira:

Figura 3: Desconfiança direcionada à imprensa e perseguição.

Fonte: Captura de tela do X, 2022.

Também observamos uma presença constante no uso de memes. O humor, em maior ou menor proporção, aparece nos perfis estudados como ferramenta de comunicação. Tendo em vista que a ideia do meme está ligada à repetição, há uma forte tentativa de desqualificar o principal adversário político de Jair Bolsonaro por meio da recorrência de piadas do tipo “Lula ladrão”.

Ao mesmo tempo, esses sujeitos consideram os memes como uma forma divertida de informar, sem muito rigor com o que é repassado. Quanto aos memes, o perfil de Jair Bolsonaro foi o que mais nos chamou atenção, porque além de produzir memes próprios, em sua conta há referências a estilos de memes bastante incomuns.

Um desses memes próprios é o *emoji* representado pelo sinal de legal. A conotação política do meme surgiu quando, em alusão à ordem de prisão emitida ao presidente Lula da Silva, o então presidente Jair Bolsonaro publicou em seu *Twitter/X* que aquele era um “grande dia”, acompanhado pelo *emoji* legal. A partir daí, esse símbolo passou a ser utilizado de maneira irônica.

Outro recurso de propaganda política digital do bolsonarismo foi o uso de *shitpost* por parte do perfil do então Presidente da República, como mostramos abaixo um *tweet* em que ele posa com um grupo de *Power Rangers* estilizados. O *Shitpost* é um tipo específico de meme, que geralmente contém imagem de baixa qualidade gráfica, por vezes parte de um conteúdo sem sentido, em que a tentativa de humor reside na exploração do absurdo.

Figura 4: *Shitpost* divulgado por Jair Bolsonaro.

Fonte: Captura de tela do X, 2022.

Entendemos esse tipo de publicação como um aceno para comunidades mais fechadas e reservadas, em diálogo com a ideia de metapolítica, apresentada por Teitelbaum (2021). Outro indicador dessa aproximação foi visto na associação que o perfil fez à comunidade *gamer* em mais de uma ocasião. Conforme percebido na figura seguinte, a chamada *carreata virtual* possui uma estética bastante aproximada do *shitpost*.

Figura 5: Motociata virtual publicada por Jair Bolsonaro.

Fonte: Captura de tela do X, 2022.

Quando se referem aos algoritmos, esses perfis reproduzem a lógica colonial daquilo que Morozov (2018) chama de “utopismo digital”. Verificamos que, na cosmovisão desses sujeitos, os algoritmos das plataformas são neutros e imparciais, e que o engajamento é conseguido de maneira orgânica. Contudo, em diálogo com Faustino e Lippold (2023), entendemos que, com a introdução das novas tecnologias digitais, as *Big techs* manipulam os usuários para transformar em mercadoria todos os aspectos da experiência humana que puderem ser quantificados. Assim, afirmar que o algoritmo é neutro favorece o argumento colonialista, conforme podemos observar na próxima figura.

Figura 6: Imparcialidade do algoritmo.

Fonte: Captura de tela do X, 2022.

Por fim, o último conceito que buscamos identificar no nosso *corpus* investigativo é o de “política”. Durante a análise, verificamos que a concepção de política é capaz de entrelaçar todos os outros conceitos. Nela, estão reforçadas a sensação de perseguição, que é alimentada por determinados atores. Conforme evidenciado anteriormente, as noções de “conservadorismo” e “política” propagadas por esses sujeitos estão em constante proximidade, de forma que ambas são entendidas como a mesma coisa. Vimos que há uma ideia de luta contra o mal, em que o opositor é constantemente descredibilizado. A ele (Lula? Os partidos de esquerda? As religiões afro? Os homossexuais?) são atribuídas ligações com o crime organizado, ou com o comunismo, entendido por tais atores como o sistema que teria destruído os países da América Latina, com o uso de drogas ilícitas ou com a introdução da educação sexual nas escolas.

Portanto, percebemos que o uso de teorias da conspiração por parte dos sujeitos dessa “nova direita” é notável. No contexto da disputa eleitoral, o grande vilão era representado pelos institutos de pesquisa eleitoral, período em que esses sujeitos faziam um longo trabalho de descrédito das pesquisas e dos veículos de mídia tradicionais. Uma teoria da conspiração que se fez presente foi a do “teatro de tesouras”, que seria uma suposta estratégia comunista de apresentar ao público dois tipos de socialismo: um revolucionário e um moderado, dito de direita. Assim, o socialismo seria sempre hegemônico. Entretanto, não são fornecidas fontes para fundamentar as ideias exibidas no formato de mercadorias de fácil consumo e rápida replicação nas plataformas digitais, e esta não é uma preocupação no uso dessa estratégia de propaganda política dos radicais de direita. Para eles, a preocupação parece estar em aliciar pelo riso, pelo absurdo, pelo ridículo, pela memetização dos discursos e pela mitificação ou mitada dos conteúdos políticos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos apresentar uma interpretação realizada a partir da observação da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, no ano de 2022, e as relações da sua conta no *Twitter/X* com outros perfis do chamado bolsonarismo. Para isso, realizamos um diálogo com a teoria do “colonialismo digital”, em que pudemos aprofundar as reflexões sobre o papel que as plataformas de redes sociais digitais desempenham no capitalismo atual. Essas plataformas, cujo principal modelo de negócios é baseado na captura e venda de dados, influenciam profundamente as formas de estar no virtual, em particular à forma político-partidária-eleitoral. Além disso, evidenciamos que não existe capitalismo sem colonialismo, de maneira que um “capitalismo digital” pressupõe um “colonialismo digital”.

Por esse motivo, expusemos como a compra de dados foi utilizada politicamente por setores de uma nova direita ao redor do mundo, garantindo relativo sucesso na utilização política das redes digitais. Para além disso, argumentamos que a própria lógica de funcionamento dessas plataformas favorece a postura adotada por esses sujeitos, um comportamento que, na linguagem utilizada no campo digital, é conhecido como *troll*, de modo que candidatos que adotam essa postura, a exemplo de Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, aglutinam ao redor de si comunidades virtuais que replicam esse tipo de conduta.

Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa, ilustrando com as interpretações que realizamos acerca do discurso construído e propagado por atores da nova direita brasileira, que se colocaram em rede no *Twitter/X* para apoiar o candidato e então Presidente da República, Jair Bolsonaro, expressando o bolsonarismo capital-colonial-digital. A partir disso, ficou evidente o uso do comportamento *troll*, evocado quando se referiam às *mitadas*, o que sugere a validade das técnicas de “metapolítica”, tais como demonstradas por Teitelbaum (2021) e percebidas por Adorno (2020) como formas de propaganda utilizadas pela direita radical.

Referências

ADORNO, T. W. **Aspectos do novo radicalismo de direita.** São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. GALLEG, E. S. (org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo, SP: Boitempo, 2018. pp. 27-32.

ARONOVICH, Lola. A trajetória e resistência do Escreva Lola Escreva. **Revista Estudos Feministas, /S. I.J**, v. 30, n. 2, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286981>>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/86981>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BALLESTRIN, L. O Sul global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRANDÃO, R. Twitter já vale um quarto do pago por Musk – e o Linkedin está aproveitando o vácuo. **Exame**, São Paulo, jan. 2024. Seção E. Insight. Disponível em: <<https://exame.com/insight/twitter-ja-vale-um-quarto-do-pago-por-musk-e-o-linkedin-esta-aproveitando-o-vacuo/p>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CASSINO, J. F. O Sul Global e os desafios pós-coloniais na era digital. In: SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J.; CASINO J. F. (org.) **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal.** São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 13-31.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DIP, A. et al. **Elon Musk precisa de justificativa para fechamento do X/Twitter no Brasil, diz David Nemer.** Disponível em:

<<https://apublica.org/2024/08/elon-musk-precisa-de-justificativa-para-fechamento-do-x-twitter-no-brasil-diz-david-nemer/>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos:** como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.

FAERMAN, J. **Facebook:** Facebook, o novo fenômeno de massas. Lisboa: QUIDNOVI, 2011.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, D. F. A colonização dos dados como produto das operações das mídias sociais no sul global. SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J.; CASINO J. F. (org.) **Colonialismo de dados:** como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 51-66.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In. GALLEGOS, E. S. (org.) **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 17-26.

MOROZOV, E. **Big Tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MULHALL, J. **Tambores à distância:** viagem ao centro da extrema direita mundial. São Paulo: LeYa Brasil, 2022.

O'REALLY, T. O que é Web 2.0: padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de softwares. **Retrieved Aug**, v. 10, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/114173/mod_resource/content/1/o-que-e-web-20_Tim%20O%C2%B4Reilly.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 227-278.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J.; CASINO J. F. (org.) **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 32-50.

SILVEIRA, S. A. Colonialismo digital, imperialismo e a doutrina neoliberal. FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023, pp. 15-20.

SUMPTER, D. **Dominados pelos números**: do Facebook e Google às fake news - os algoritmos que controlam nossa vida. São Paulo, SP: Editora Bertrand Brasil, 2019.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

TEIXERA, L. Damares erra dados sobre mortes de bebês indígenas e Comissão da Anistia. **UOL, São Paulo**, 2019. Seção Uol Confere Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/08/09/damares-alves-infanticidio-indigena-e-comissao-de-anistia-uol-confere.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRPE; Bolsista da CAPES.

[2] Doutora em Ciências Sociais; Docente Associada da UFRPE/Departamento de Ciências Sociais; Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRPE.

[3] Após algumas formulações, a política do selo de verificado foi alterada e atualmente o processo de verificação é menos rigoroso, de modo que parte significativa do procedimento consiste na inscrição no X Premium, um serviço pago que, além da assinatura, oferece alguns benefícios ao usuário, de acordo com o nível de assinatura.

[4] Troll é uma designação usada para fazer referência a diferentes seres fantásticos do folclore escandinavo. As lendas, que os descrevem como monstros, serviram de inspiração para uma postura *online* baseada na ofensa, convencionalmente chamada de *comportamento troll* - o que será melhor descrito mais adiante no texto.

[5] Denominação para cada um dos fóruns que compõem a plataforma.

[6] Nomenclatura que designa o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia.

[7] A ministra Damares Alvez fez, por exemplo uma notificação alardeada que fez sobre infanticídios entre indígenas, sem contextualização, sem referências, sem estudos. Essa afirmação foi desmentida por órgãos da imprensa, como o Portal UOL: Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/08/09/damares-alves-infanticidio-indigena-e-comissao-de-anistia-uol-confere.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2024.